

# OS DESAFIOS DO DIREITO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DE 2024: INTERAÇÕES ENTRE SOCIEDADE, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

## Autor(res)

Katellen Lorryanne Lopes Freire  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos

## Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## Introdução

O cenário político brasileiro em 2024 apresentou desafios complexos devido às rápidas transformações sociais, tecnológicas e institucionais pelo qual o país vem passando. As leis eleitorais, enquanto instrumentos de regulação do pleito, necessitarão de se adaptar às novas demandas da população, respeitando escrupulosamente os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estado Democrático de Direito. Este estudo busca explorar o papel do direito eleitoral na mediação das aspirações do Estado e da sociedade civil, realçando a importância do texto constitucional enquanto baliza intocável para a democracia.

## Objetivo

Analisar os desafios do direito eleitoral nas eleições de 2024, focando na interação entre sociedade, Estado e Constituição e como essa relação pode garantir a legitimidade do processo eleitoral.

## Material e Métodos

A metodologia utilizada neste estudo será qualitativa, através de uma revisão exaustiva da bibliografia e análise aprofundada de decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Adicionalmente, artigos doutrinários sobre a evolução do direito eleitoral e suas interações com o processo político serão minuciosamente analisados. O enfoque será na aplicação constitucional nas eleições de 2024, considerando os efeitos das recentes alterações legislativas. Análises preliminares sugerem que as mudanças legislativas poderão ter implicações significativas no pleito.

## Resultados e Discussão

O estudo constatou que o direito eleitoral se defronta com desafios em áreas como a regulamentação das redes sociais, financiamento de campanhas e a proteção contra a desinformação. A sociedade desempenha um papel crucial na fiscalização do processo eleitoral, enquanto o Estado deve assegurar a aplicação imparcial das normas.

A Constituição permanece como o alicerce que garante o equilíbrio entre liberdade de expressão, transparência e integridade do processo eleitoral. Algumas questões exigem ponderação mais aprofundada, como a moderação de conteúdos nas plataformas virtuais e a transparência na origem de recursos voltados às campanhas.

### **Conclusão**

Concluimos que, o sucesso das próximas eleições está atrelado à melhoria contínua das leis eleitorais e ao fortalecimento da conexão entre cidadãos, governo e Constituição, garantindo um processo democrático justo e legítimo. Isso envolve analisar os resultados anteriores para identificar vulnerabilidades e promover a educação cívica, incentivando a participação de todos na política nacional.

### **Referências**

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html)

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html)

<https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/doutrina>